

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1422606 - SP
(2013/0385300-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **FABIANO MENDONÇA DA SILVA E OUTROS**
ADVOGADOS : **CLAUDIOVIR DELFINO E OUTRO(S) - MG014736**
LUIZ EDUARDO RIBEIRO MOURÃO E OUTRO(S) -
SP114050
LUCIANO LAMANO E OUTRO(S) - SP114162
MARIA JULIETA DE AVILA CARNEIRO E OUTRO(S) -
MG063835
THIAGO CALMON FERNANDES BORTOLINI E
OUTRO(S) - DF020146
DJACI ALVES FALCÃO NETO E OUTRO(S) - DF023523
LUCIANA TAVARES DE SOUZA FALCAO - DF023802
MONICK DE SOUZA QUINTAS - DF052555
EMBARGADO : **RONALDO FUGUTA E OUTRO**
ADVOGADOS : **RENATO CRUZ MOREIRA DA SILVA - SP149448**
RAFAEL COSTANTIN ARAÚJO - MG126166

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES. MERO INTUITO REFORMADOR. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Acórdão embargado que se funda no reconhecimento de contrariedade entre o acórdão proferido pelo Tribunal de origem e a jurisprudência desta Corte Superior quanto à contagem do prazo prescricional para determinar a reapreciação de questão fática.
2. A despeito da observância ao princípio do contraditório, o reconhecimento da prescrição intercorrente depende do exame de circunstâncias fático-probatórias que escapam ao controle do Tribunal Superior.
3. Acórdão que enfrentou de forma direta, expressa e coerente as questões devolvidas, que se limitavam à definição do termo inicial para contagem do prazo para reconhecimento de prescrição intercorrente.
4. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/2015, não é viável, nesta espécie recursal, a reapreciação da causa e das conclusões do acórdão embargado.
5. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator